



O DEBATE SOBRE A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: ABORDAGENS CONCORRENTES E UM OLHAR A PARTIR DA GEOGRAFIA¹

THE DISCUSSION ON DEINDUSTRIALIZATION IN BRAZIL:
COMPETING APPROACHES AND A LOOK FROM GEOGRAPHY

LE DÉBAT SUR LA DÉSINDUSTRIALISATION AU BRÉSIL: APPROCHES
CONCURRENTES ET UN REGARD À PARTIR DE LA GÉOGRAPHIE

Edilson Pereira Júnior – Universidade Estadual do Ceará – Fortaleza – Ceará – Brasil

edilsonapjr@hotmail.com

Resumo

Avaliar os elementos constitutivos dos processos de industrialização e desindustrialização e observar a pertinência deles para o contexto das transformações do mais recente regime de acumulação no Brasil estão entre as principais propostas deste artigo. Seu objetivo central é debater os processos de industrialização e desindustrialização a partir da relação entre terciarização, produção manufatureira e reestruturação territorial e produtiva. Considerados esses fenômenos para a realidade industrial brasileira, o país parece apontar para uma nova combinação entre relações espaciais, produtivas, financeiras e de serviços, capaz de revelar mecanismos complexos de organização dos sistemas industriais. Desse modo, conceitos, metodologias e tipologias convencionais tendem a não capturar inteiramente a complexidade das transformações setoriais e espaciais da indústria na contemporaneidade, e a atualização dos mecanismos de interpretação faz-se necessário.

Palavras-chave: Desindustrialização. Terciarização da economia. Reestruturação produtiva.

Abstract

This paper aims to evaluate the constituent elements of the industrialization and deindustrialization processes, besides observing the pertinence of both processes to the transformation context of the latest regime of accumulation in Brazil. To that end, we believe that any discussion on the industrialization and deindustrialization processes must go through their relationship with two specific phenomena of the contemporary reality, namely: 1) the relationship between tertiarization and manufacturing production; and 2) the territorial and productive restructuring materialized in the last decades. Considering the two phenomena for Brazilian industrial reality, the country possibly points to a new combination of spatial, productive, financial and services relations that are able to reveal complex mechanisms of the industrial system organization. Thus, conventional concepts, methodologies and typologies tend not to capture the complexity of the sectoral and spatial transformations of the industry in the contemporaneity, therefore the updating of the interpretation mechanisms is needed.

Keywords: Deindustrialization. Tertiarization of the economy. Productive restructuring.

Résumé

Évaluer les éléments constitutifs des processus d'industrialisation et de désindustrialisation et en observer la pertinence pour le contexte des transformations du dernier régime d'accumulation au Brésil sont les principaux objectifs de cet article. À cette fin, nous croyons que tout débat sur les processus d'industrialisation et de désindustrialisation doit passer par la relation qu'ils entretiennent avec deux phénomènes spécifiques de la réalité contemporaine, à savoir: 1) la relation entre la tertiarisation et la production manufacturière; et 2) la

restructuration territoriale et productive matérialisé au cours des dernières décennies. Considérant les deux phénomènes pour la réalité industrielle brésilienne, le pays semble indiquer une nouvelle combinaison de relations spatiales, productives, financières et de services, capable de révéler des mécanismes complexes d'organisation des systèmes industriels. Ainsi, les concepts, méthodologies et typologies classiques ont tendance à ne pas capturer pleinement la complexité des transformations sectorielles et spatiales de l'industrie dans le monde contemporain et il est nécessaire la mise à jour des mécanismes d'interprétation.

Mots-clés: Désindustrialisation. Tertiariation de l'économie. Restructuration productive.

Introdução

A geografia industrial do planeta sofreu importantes alterações nas últimas décadas. Com as novas articulações possibilitadas pela alteração tecnológica, visualizou-se o domínio da flexibilização, da informatização nos negócios, da automação da produção industrial e da manipulação biotecnológica, o que representou, em última instância, uma revalorização dos preceitos responsáveis pela produção e pela circulação do valor no capitalismo contemporâneo, garantidores da sua mais recente configuração de acumulação.

Este artigo procura levantar algumas interpretações acerca das questões arroladas, obviamente, tratando do tema com o devido cuidado e procurando não esgotar as complexas possibilidades de leitura que o assunto engendra. É lugar comum atualmente, sobretudo em publicações da literatura econômica especializada, a análise apressada sobre as consequências da nova configuração de acumulação capitalista e seus impactos sobre o Brasil. Expressões como “desindustrialização” e “reprimarização da economia” já são tão recorrentes em alguns debates que sequer o questionamento de seus reais significados merece menção.

Avaliar o caráter efetivo e duradouro de alguns desses fenômenos e observar a pertinência de todos eles para o Brasil no contexto das transformações do mais recente regime de acumulação financeirizado (Chesnais, 2006) faz-se mister, em especial para evitar que as interpretações dos fatos mais atrapalhem do que ajudem.

Para este artigo, o objetivo principal é debater os processos de industrialização e desindustrialização a partir da relação entre terciarização, produção manufatureira e reestruturação territorial e produtiva. Como recurso metodológico analisamos as muitas leituras feitas sobre a desindustrialização no Brasil, à luz da ciência econômica, contrapondo diferentes interpretações sobre as seguintes variáveis: a) valor adicionado da indústria face ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional;

b) comportamento das exportações de manufaturados; e c) participação do emprego industrial sobre o emprego total. Foram contemplados indicadores que abrangeram um período de 35 anos, entre 1980 e 2015, para que o debate sobre o tema pudesse ser realizado de maneira processual. Em seguida, selecionamos duas dinâmicas contemporâneas das transformações produtivas, a saber, a) a terciarização da economia e sua relação com a industrialização e b) a realocização da atividade industrial no espaço geográfico; e as interpretamos sob um ponto de vista multidimensional e transescalar, considerando as múltiplas complexidades das relações políticas, socioeconômicas e territoriais.

O artigo é composto por esta introdução, pelas considerações finais e por duas outras sessões que discutirão as muitas formas de interpretação da desindustrialização no Brasil e as mudanças nos padrões da economia brasileira, suas metamorfoses produtivas e nos serviços e as novas articulações das formas de acumulação.

Análise de abordagens concorrentes sobre a desindustrialização no Brasil

Em 2003, num relatório lançado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2003)², foi apontado que o Brasil passava por um processo profundo e continuado de desindustrialização. Na concepção dos técnicos da UNCTAD, o ciclo se iniciou com os choques econômicos vividos pelo mercado nacional na década de 1980, quando a crise fiscal e os problemas de endividamento com crescentes taxas de juros comprometeram os programas econômicos, os mecanismos políticos e as instituições que eram capazes de manter, no Brasil, um sistema industrial competitivo. Na ocasião, no começo dos anos de 1980, o país gerava cerca de 30% do seu valor adicionado a partir da produção industrial e depois disso esse número entrou em decréscimo.

A década de 1990 marcou um momento de maior entrada de capitais externos no país.

A opção por um desenvolvimento subordinado à penetração internacional expôs fortemente a estrutura produtiva industrial brasileira à concorrência externa, transferindo para a economia nacional os riscos e as incertezas comuns ao mercado mundial. Essa abertura comercial e financeira submeteu a indústria de transformação, em crise, a um nível crescente de competição com empresas internacionais, reduzindo suas margens de lucro e implicando a diversos

segmentos da produção uma significativa perda de empregos (Pereira Júnior, 2015, p. 195).

Os anos de 1990 também foram marcados pelo abandono das políticas desenvolvimentistas e pela tentativa de utilizar as taxas de câmbio como mecanismo para o combate à inflação. A partir de 2003, segundo a UNCTAD (2003, 2016), mesmo com a retomada de projetos desenvolvimentistas e a expansão do consumo, as pressões inflacionárias foram contidas com juros altos e câmbio desfavorável para exportação, prejudicando a retomada da industrialização.

Os fenômenos se desencadearam concomitantemente ao momento em que grandes capitais industriais do mundo, em especial os norteamericanos e europeus, migraram para a China, reduzindo sua presença em economias consolidadas ou em consolidação. Além de perder antigos mercados, como os Estados Unidos, a indústria de transformação brasileira sentiu um efeito de perda de competitividade em alguns setores, tendo que lidar com os produtos importados chineses penetrando no próprio mercado nacional.

Ademais, os últimos anos no Brasil foram marcados por um fenômeno produtivo diferenciado, aquele que estimulou um superciclo de exportação de *commodities* agrícolas e minerais, sugerindo a interpretação de que o país passou por forte processo de reprimarização de sua economia. Os que defendem essa ideia advogam acerca da posição “semicolonial” que o Brasil assumiu com a Ásia, em especial com a China, estabelecendo com este país a sua maior parceria, mas apenas exportando alguns poucos produtos básicos, tais como soja e minério de ferro. Como as principais vantagens competitivas brasileiras estão há alguns anos nas *commodities* agrícolas e minerais, os investimentos na atividade industrial arrefeceram e poucos empresários se sentem estimulados a investir no setor.

O conjunto de acontecimentos arrolados e a força do relatório publicado pela UNCTAD, em 2003, desencadearam um debate de grande controvérsia sobre o fato do Brasil passar ou não por um processo de desindustrialização. É uma discussão relevante, mas que ficou centrada, praticamente, em estudos da ciência econômica, sendo marcada por referenciais teórico-metodológicos exclusivos deste campo de estudo. Isso, no entanto, não impediu que inúmeros autores desenvolvessem várias leituras sobre o tema, resultando em distintos tratamentos estatísticos, cujas interpretações podem levar a diferentes conclusões.

Para ficarmos apenas entre aqueles que exerceram ampla influência no debate, podemos citar Puga (2007), Nassif (2008), Barros e Pereira (2008), Bonelli e Pessoa (2010), Squeff (2012) e Bonelli, Pessoa e Matos (2013) – entre os que contestam o processo de desindustrialização; e Nakabashi et al. (2007), Oreiro e Feijó (2010), Bresser-Pereira e Marconi (2010), Gonçalves (2011), Cano (2012) e a maioria dos autores que escreveu na coletânea feita por Bacha e De Bolle (2013) – entre os que advogam acerca do processo de desindustrialização.

De uma maneira geral, o debate sobre a desindustrialização no Brasil³, realizado pelos economistas citados, costuma ser feito a partir de três elementos centrais de interpretação. São categorias que procuram indicar o desempenho da indústria de transformação face à geração de riquezas, à criação de empregos e ao desempenho comercial e produtivo da economia, considerando sempre a divisão setorial das atividades econômicas (Sampaio, 2015; Bacha; De Bolle, 2013; Morceiro, 2012). Podemos dividi-los da seguinte maneira: a) a desindustrialização por perdas sentidas no valor adicionado manufatureiro no Produto Interno Bruto (PIB) nacional; b) a desindustrialização por aumento das importações e diminuição das exportações de manufaturados; e c) a desindustrialização ocorrida em função de uma constante queda da participação da indústria no emprego total.

a) Desempenho do valor adicionado manufatureiro no PIB nacional

É controversa a interpretação da desindustrialização no Brasil a partir desse elemento de análise. Alguns autores consideram que é contundente o movimento que reduz o papel do valor adicionado a preços correntes da indústria de transformação face ao total do PIB nacional (Oreiro; Feijó, 2010; Cano, 2012). Informam que, em 1980 o valor adicionado industrial a preços correntes correspondia a 33% do PIB; Em 1990 assumiu 21,1%, demarcando significativa redução em dez anos. Em 2010 chegou a 15%, confirmando a tendência de forte queda, e finalmente, em 2015, alcançou patamares da década de 1950, quando apresentou um índice de 10,6%. Para os pesquisadores citados, a principal conclusão a ser tirada dessa série é que a manufatura brasileira apresentou crescimento menor que os demais setores econômicos, principalmente os serviços. Além disso,

na composição da manufatura, os setores intensivos em recursos naturais ganharam peso, resultando numa desindustrialização precoce.

Por outro lado, autores como Nassif (2008), Barros e Pereira (2008), Bonelli e Pessoa (2010), Squeff (2012) e Bonelli, Pessoa e Matos (2013) não acreditam que esta variável possa indicar desindustrialização para o Brasil, sobretudo porque, na média de crescimento para o país a indústria de transformação nunca parou de se expandir, mesmo a taxas inferiores às aquelas apresentadas pelo PIB. Como informa Nassif (2008), se há perdas no valor adicionado manufatureiro face ao PIB, isso ocorre devido a uma taxa de crescimento desproporcional em favor dos serviços, que apresenta dificuldade em obter ganhos de produtividade, tomando expressão superlativa nos indicadores do valor adicionado lidos a partir de preços correntes.

Bonelli e Pessoa (2010) e Bonelli, Pessoa e Matos (2013) vão além e informam que a perda de participação relativa da indústria de transformação no PIB é, em parte, um “artefato estatístico” e não são causas reais de desindustrialização. Ao revisar as séries do PIB até o ano de 1995, o IBGE alterou o ano de referência e as metodologias para os cálculos das variáveis que compõem o PIB, demarcando um indicador que favoreceu os serviços em prejuízo da indústria de transformação. Os mesmos autores defendem a tese de que, no período anterior à liberalização da economia, o Brasil estava “sobreindustrializado”, ou seja, a manufatura apresentava uma participação no PIB muito superior ao previsto pelo modelo econômico e pelo estágio de desenvolvimento alcançado pelo país. Assim, se para além da “ilusão estatística” houve alguma queda do valor adicionado frente ao PIB nacional, o mesmo deveu-se a um ajustamento ao nível de desenvolvimento alcançado pela economia brasileira nos últimos anos⁴.

b) O aumento das importações e diminuição das exportações de manufaturados

No Brasil, parte considerável dos autores que defendem uma desindustrialização da economia considera que fatores vinculados ao comércio externo podem influenciar em taxas de crescimento doméstico do setor industrial. Quando isso ocorre, produzindo uma restrição no balanço de pagamentos, geralmente o fenômeno representa uma ineficiência da indústria nacional, muito provavelmente em função de uma taxa de

câmbio apreciada ou por uma maior competitividade de investidores externos. Como resultado, teremos uma manufatura incapaz de competir com produtos importados, e conseqüentemente, uma tendência a acumular déficits persistentes na balança comercial.

São duas as conseqüências desse movimento, quais sejam: uma quebra nos elos da cadeia produtiva industrial e a tendência à substituição do produto final nacional pelo importado. Por sua vez, é grande o risco de vazamento dos efeitos multiplicadores da indústria para o exterior, que poderia transformar cada vez mais os capitais manufatureiros do país em capitais mercantis, comprometendo as articulações comerciais nacionais e a geração de empregos no setor produtivo.

Boa parte dessas interpretações foi realizada por Bresser-Pereira e Marconi (2010), Palma (2005) e Oreiro e Feijó (2010), que desenvolveram a tese de que o Brasil sente os efeitos de uma “doença holandesa”⁵. Bresser-Pereira (2010) foi um dos pioneiros dessa leitura, com a publicação de vários textos, a partir de 2005. Em suas conclusões, retiradas de algumas evidências estatísticas, o autor informa que o Brasil sente os efeitos de uma doença holandesa, a disparar um processo de desindustrialização, cujos efeitos mais evidentes seriam o comprometimento de seu desenvolvimento econômico (Bresser-Pereira; Marconi, 2010). Defende, em seguida, a condução de uma política econômica de desvalorização da taxa de câmbio a partir de impostos sobre a exportação de produtos primários e a proteção à importação de manufaturados, que levaria ao ajuste automático do setor industrial, neutralizando a doença holandesa.

Porém, segundo os autores, a condução da política econômica nas últimas décadas tendeu a reforçar a exportação de *commodities* agrícolas e minerais, apreciando mais ainda o câmbio. Isso não tardou a causar ineficiência para a indústria nacional, levando o país a um processo de reprimarização, intensificando o problema.

Ao contraporem esta conclusão, Cunha, Lelis e Fligenspan (2013), Nassif (2008) e Puga (2007) deixam claro que é preciso cautela antes de informar contundentemente que ocorre desindustrialização no Brasil pela acumulação de déficits na balança comercial de produtos manufaturados. Os autores informam que a entrada massiva de produtos importados no Brasil nas últimas décadas se explica muito mais pelo aumento da demanda interna, com destaque para o elevado crescimento do consumo das famílias desde 2004. Esse foi um período em que o aumento do consumo doméstico

ocorreu de forma mais que proporcional à capacidade da oferta nacional da indústria, haja vista o investimento no setor produtivo não crescer no mesmo ritmo dos estímulos às mais diversas formas de consumo criadas pelo aumento da renda média dos brasileiros.

Assim, relacionar o aumento da exportação de *commodities* agrícolas e minerais com a redução do coeficiente de exportação de produtos industrializados, sem considerar o aquecimento da demanda interna, é realizar uma leitura parcial do desenvolvimento econômico brasileiro nos últimos anos. Puga (2007, p. 7) afirma que não há perda da capacidade da indústria em dinamizar a economia nacional, principalmente porque a mesma se mantém diversificada, complexa e de grande competitividade, argumentando que a “alta das importações está mais ligada ao aumento do consumo doméstico ou das exportações, do que uma substituição da produção nacional por importados”.

Ademais, antes de avaliar a desindustrialização de um país a partir do conteúdo nacional de seu produto industrial, é preciso considerar o processo de globalização da economia, que exige cada vez mais mudanças no padrão doméstico de produção e do consumo, no qual os circuitos estabelecidos pela atividade industrial ganha mais integração com os mercados internacionais. Os efeitos das cadeias globais de valor alteram a organização da indústria no Brasil, que não fica mais restrita às relações entre ações e agentes internos ao país, muito pelo contrário, suas escalas são amplas e articuladas, dadas as condições globais de concorrência.

c) Participação da indústria no emprego total

Pela análise da expansão absoluta dos empregos totais na indústria brasileira, não é possível detectar qualquer tipo de retração no país nos últimos trinta anos. Os números registrados pela RAIS (Brasil, 2017) apontam uma expansão de 5,6 milhões de empregos formais, em 1985, para 8,2 milhões, em 2015, no que concerne a todo setor industrial, ou seja, subiu 47%. No que tange especificamente à indústria de transformação, a expansão foi um pouco menor, mas também expressiva, chegando a 45%. Assim, o total de trabalhadores formais exclusivamente para a manufatura passou de 5,2 milhões, em 1985, para 7,5 milhões, em 2015.

Pela ótica do emprego em gêneros de atividade da indústria de transformação, nas 13 divisões⁶ da RAIS (Brasil, 2017), 11 delas

expandiram o número de empregos formais no período, com destaque para os gêneros de “alimentos e bebidas”, “indústria têxtil” e “indústria química”, que além de terem crescido sobremaneira, se apresentaram como os gêneros que mais empregam trabalhadores na indústria brasileira. Por outro lado, gêneros como “indústria de calçados” e “indústria metalúrgica” cresceram, mas numa proporção menor; e as divisões “material elétrico/ Comunicação” e “Borracha, Fumo, Couros” perderam posto de trabalho formal ao longo da série.

Ainda segundo a RAIS (Brasil, 2017), ao considerar os setores da economia, somente os serviços (incluindo administração pública) (160%) e o comércio (255%) contrataram mais trabalhadores que a indústria de transformação entre 1985 e 2015. A agropecuária, a construção civil, a indústria extrativa mineral e os serviços industriais de utilidade pública, não recrutaram trabalhadores de maneira significativa face aos demais setores, alcançando índices bem inferiores diante do total de postos de empregos gerados.

Este último dado, isto é, a geração de empregos na indústria de transformação face aos setores de serviços e de comércio, alimenta a discussão dos autores que defendem a perda de importância da manufatura brasileira nos últimos anos, que pode configurar um processo de desindustrialização. Muitos desses autores acompanham a discussão já feita em nível internacional sobre a terciarização da economia e a entrada do mundo numa era “pós-industrial”, reveladora de novos conteúdos da realidade econômica, em que as atividades produtivas apresentam um papel pequeno na dinâmica da sociedade, comparativamente ao setor dos serviços e do comércio. Neste caso, o exemplo seguido por países como Estados Unidos, Inglaterra e França são uma grande referência para o processo citado, sobretudo porque indicam uma experiência de evolução de uma economia manufatureira para outra de serviços sofisticados e com alta produtividade.

Nakabashi et al. (2007) afirmam categoricamente que o país passa por desindustrialização ao sofrer um ritmo de crescimento de empregos formais maior nos serviços e comércio do que na manufatura. Porém, concluem que os empregos que se deslocaram dos setores produtivos para os serviços e para o comércio revelam uma “desindustrialização negativa”, em especial porque os subsetores de serviços que acolheram os empregos oriundos da indústria foram exatamente aqueles de baixo

e médio dinamismo tecnológico, ou seja, não impactaram a contento a economia brasileira.

Autores que não acreditam que ocorre uma desindustrialização no país em função da evolução dos índices de empregos formais apontam que há a questão de os ganhos de produtividade eliminarem empregos com mais facilidade na indústria do que nos serviços e no comércio. Melhorias na tecnologia e na gestão, ampliando a produtividade dos setores, atingem desproporcionalmente os processos produtivos, enquanto a maioria dos ramos nos serviços continua muito intensiva em trabalho⁷. Isso irá sempre revelar um movimento na geração de empregos favorável aos setores de serviços e de comércio, em prejuízo da indústria, mesmo em cenário de amplo desenvolvimento econômico. Assim, por mais rigorosos que sejam as metodologias, as técnicas, os deflatores e as estatísticas que deles resultam, não irão capturar a realidade exata e suas transformações⁸, não sendo prudente falar de desindustrialização somente por esses indicadores.

A partir dos três elementos centrais que discutem a tendência ou não de um processo de desindustrialização no Brasil, reafirmamos sobre o controverso debate apresentado pela ciência econômica acerca do tema. Gostaríamos de destacar, porém, que para ser realizado por outras ciências, o debate deve ganhar mais elementos, inclusive em âmbito metodológico, permitindo que as visões acerca do processo avancem em análise e síntese, sobretudo ao incorporar outras inquietações e desenvolver novas possibilidades de investigação.

Assim, há algumas questões que gostaríamos de lançar para a abordagem da desindustrialização. São elas: nos termos que foram apresentados neste item, seria possível considerar a desindustrialização para além de uma metodologia levantada pela ciência econômica? Todas as controvérsias sobre o tema e a sua própria elaboração não seria muito mais um desdobramento das escolhas metodológicas dessa ciência, centrada no tratamento estatístico ou em índices abstratos? Variáveis de outras ciências e validações empíricas que fossem além da análise estatística, poderiam enriquecer ou desvirtuar o debate? E como fica a componente geográfica central de materialização dos processos, isto é, o território, que como poucas dimensões, reflete a natureza das mudanças e permanências na realidade? No próximo item podemos desenvolver melhor as indagações levantadas.

Leitura da desindustrialização no contexto da terciarização e da reestruturação territorial e produtiva

A controvérsia a respeito da ideia de desindustrialização no Brasil nos incentiva a refletir sobre o tema para além de uma abordagem econométrica, estimulando a interpretação dos fatos a partir de um conjunto de modificações mais complexas, com expressivo efeito sobre as relações políticas, socioeconômicas e territoriais.

Sabemos que as manifestações transcorridas na escala do país, da região e do lugar ganham tessitura produzida pelos agentes a partir de relações, ao mesmo tempo, gerais e particulares, sempre num contexto dos ritmos erigidos com a globalização da produção e do consumo. Desse modo, o debate sobre um processo tão amplo, pelo menos lido por ciências como a Geografia, não poderia ficar restrito ao comportamento de índices alimentados com dados estatísticos. Estes dados representam importante mecanismo de verificação de mudanças e de permanências na realidade, mas, em si, não bastam.

Os índices e dados, dispostos em séries temporais, são fundamentais para delimitação de recortes de pesquisa ou de elaboração de certos problemas científicos. Também a primeira aproximação com o objeto de pesquisa ganha um grau de sistematização eficiente quando feito a partir da coleta e processamento de indicadores. Mas como a abordagem que se encerra nessa perspectiva valoriza a formulação de leis e princípios excessivamente abstratos, o papel do tempo e o papel do território geralmente são negligenciados. Quando muito, o tempo é incorporado a partir de modelos estatísticos dinâmicos. Já com relação ao território, talvez pela sua dimensão mais “palpável”, geralmente costuma ser ignorado naquilo que há de mais contundente, seu conteúdo qualitativo, ou é trabalhado a partir de um exercício de descrição da experiência, parecendo desnecessária a realização de um maior esforço de elaboração teórica.

Quando isso ocorre, muitas vezes temos uma leitura confusa das dimensões, dos agentes e das escalas envolvidas na consolidação do processo. Ocorre que o global é tomado pelo local e pelo regional, estimulado por uma interpretação que negligencia a riqueza concreta da realidade, em nome de um pretense instrumento teórico-metodológico aplicável a todos os territórios, mas incapaz de captar as particularidades

das formações socioespaciais. Essa visão sobre as dinâmicas territoriais está sempre fechada ao novo, na medida em que interpreta as particularidades com instrumentos analíticos preconcebidos, impossibilitados de apreender o movimento e a variedade das ações, em especial por enrijecer o objeto de estudo e dificultar uma eventual descoberta de novas complexidades.

Essa “miopia metodológica” recusa reconhecer as combinações transescalares que dão ao real um significado mais abrangente. Ela se fecha à coexistência das temporalidades diversas, resiste olhar o território a partir da relação contraditória de seus agentes e conclui em função de um pacote implacável de encaminhamentos metodológicos preconcebidos.

No estudo sobre a industrialização ou sobre a desindustrialização numa região, acreditamos, tal como Markusen (2005), que é preciso definir as pessoas, os grupos e as instituições que funcionam como agentes decisórios, responsáveis por criar instrumentos político-econômicos e sociais de transformação no contexto de reestruturação da realidade global. Pensar assim, obviamente, não implica apenas descrever a trajetória de atores livres e capazes de alterar o mundo a partir de uma demanda individual, encaminhada por meio de grupos de empresas, gestores ou associações civis. A economia política do território se elabora no contexto de processos socioespaciais, transformações estruturais e crises cíclicas historicamente desenvolvidas, mas também é moldada por seres humanos em contextos organizacionais, em que se definem os rumos e se tomam as decisões, resultando em erros ou acertos (Markusen, 2005).

O maior rigor exigido na contextualização dimensional dos agentes também deve ser cobrado para a leitura do território. Só é possível entender processos produtivos em sociedade, constituído pelo conjunto de características políticas, econômicas e ideológicas que lhe são característicos, se dispostos sobre uma base natural mais ou menos modificada. Assim, o território recebe o plano de articulação multidimensional da realidade, mas ele próprio, igualmente, se impõe como uma força produtiva. Como informa Santos ([1996] 1999), é uma materialidade que conduz e suporta as intencionalidades econômicas, políticas e ideológicas, isto é, se apresenta como um intermediário e um instrumento, um ambiente e uma mediação.

A toda e qualquer ação econômica ou política deve sempre ser incluído o minucioso redesenho técnico do território, materializado por meio de inúmeros objetos que facilitam os fluxos e a interconexão entre os

lugares. Somente assim as decisões e os rumos que garantem concentração e dispersão de investimentos ganham racionalidade, tornando a eficiência produtiva uma realidade e a complementaridade do circuito produção/circulação/distribuição/consumo um dado concreto (Santos, [1996] 1999).

Para isso acreditamos que qualquer debate sobre o processo de desindustrialização no Brasil deve passar pela relação que a mesma tem com dois fenômenos específicos da realidade contemporânea, a saber: 1) a relação entre terciarização e industrialização; e 2) a reestruturação territorial e produtiva materializada nas últimas décadas no país.

1) No primeiro caso, precisamos considerar que houve mudanças substanciais nas estratégias comerciais, industriais e financeiras em todo o mundo a partir do fim da década de 1970 e serviços diversos se multiplicaram, tornando-se primordiais para o funcionamento da economia. Muitos deles antes eram subordinados ao processo produtivo fordista e algumas estatísticas sobre serviços de gestão, de desenvolvimento, de marketing e de distribuição de produtos eram contempladas no movimento das firmas industriais. Com as disjunções funcionais (Fischer, 1994), as flexibilizações e as desregulamentações da economia fordista, alguns serviços parecem ganhar vida própria, se desmembrando da indústria de transformação, pelo menos do ponto de vista de dados estatísticos examinados a partir de conceitos convencionais, como as noções de setores econômicos (primário, secundário e terciário).

Mas se observarmos essas mudanças com um pouco mais de atenção, perceberemos que as novas complexidades dos circuitos espaciais da produção ganham densas redes de relações setoriais, isto é, *linkages* que articulam produção fabril com escritórios de design gráfico, agências de publicidade, serviços de gestão, comunicação, segurança e limpeza, entre outros. Diretamente articuladas com novos distribuidores e fornecedores, as maiores indústrias de transformação passam a produzir com base numa rede de relações comerciais e de circulação que envolve diversos agentes.

Assim, as novas formas concretas de organização industrial respeitam o imperativo que reproduz os sistemas territoriais e produtivos do *nouveau monde industriel* (Veltz, 2008). Elas são caracterizadas por uma tessitura renovada, que integra uma rede de relações estabelecidas em múltiplas escalas, geradora de fluxos materiais e imateriais diversos. Nesse contexto, as interações espaciais e a divisão interempresarial do trabalho tornam-se mais abrangentes. A fabricação na indústria de

transformação tende a envolver diferentes empresas industriais e de serviços, materializando relações produtivas, financeiras e comerciais por meio da articulação de agentes em várias estratégias.

Portanto, mais do que uma oposição, assistimos a uma interpenetração entre indústria e serviços, visão que, *per sí*, problematiza a noção de desmonte do parque fabril ou da desindustrialização com base em estatísticas convencionais de valor adicionado, de comércio exterior ou de empregos na indústria, no comércio e nos serviços.

O imperativo da competitividade acirrou a concorrência entre empresas, e até mesmo entre países, o que exigiu da manufatura certo grau de especialização e de divisão das tarefas, no intuito de reduzir seus custos e de se tornarem cada vez mais lucrativas. A consequência disso é que etapas antes realizadas dentro de plantas industriais se dispersaram, principalmente mediante a contratação de prestadores de serviços externos. Na contabilidade dos dados e na elaboração dos índices convencionais, sobretudo a partir da noção tradicional de setores econômicos, essas grandezas foram acrescentadas nos serviços e no comércio, embora continuem fazendo parte da esfera produtiva industrial. Essa reclassificação indica um falso encolhimento da indústria, somente constatada com a pesquisa empírica e a identificação dos agentes na materialidade do território, metodologia não muito utilizada por aqueles que costumam defender com obstinação o processo de desindustrialização no Brasil.

2) O segundo aspecto sinaliza para a necessidade de avaliar as transformações industriais no contexto do processo de reestruturação territorial e produtiva. Efetivamente materializada no mundo a partir da década de 1980 e no Brasil nos anos de 1990, ela estimulou diferentes práticas de engenharia na produção e novas formas de contratação e subcontratação da mão de obra, levando a uma maior divisão territorial das etapas do processo produtivo. As mudanças tecnológicas e informacionais das últimas décadas atingiram fortemente a economia, em especial a atividade industrial, que viu sua estrutura produtiva redefinida em função de novas estratégias técnicas e gerenciais. Em muitas indústrias, o avanço tecnológico introduziu flexibilidade, com esquemas de produção e circulação alterados para atender às demandas de mercado nas diversas regiões do planeta.

Como estratégia de redução de custos, empresas industriais investiram na implantação de unidades produtivas em diferentes parcelas do território, na procura de novas condições de produtividade que fortalecessem as organizações perante os desafios da globalização da economia (Pereira Júnior, 2015, p. 157).

A nova realidade tecnológica e informacional foi capaz de integrar, pela via da circulação e da produção, parcelas do espaço geográfico com diferentes preços e produtividades de trabalho, abrindo uma nova possibilidade de redução de custos para os capitalistas.

O arranjo da desigualdade socioespacial passou a ser explorado de modo mais aperfeiçoado pelas empresas. Além disso, os fluxos dinamizaram-se, tornando-se responsáveis por uma integração espacial e produtiva e, ao mesmo tempo, aprofundando as diferenças entre regiões e países (Pereira Júnior, 2015, p. 168).

Assim, a lógica da repartição geográfica dos circuitos produtivos fragmentou, no espaço, as fases do processo de produção na indústria. Como resultado das transformações, tornou-se difícil capturar todas as etapas e toda a geografia da produção industrial. O movimento simultâneo da informalização dos empregos e das empresas, numa ampla parcela do espaço geográfico, aparece em estatísticas como uma tendência de desmantelamento da indústria, através de uma devastação das empresas, da produção, das trocas e dos empregos industriais. Identificar as interações espaciais e as estratégias específicas de reestruturação produtiva em inúmeras escalas exige um olhar mais amplo da industrialização, não somente por estatísticas e informações convencionais, mas através de um olhar sobre o território, lido pelas redes de relações espaciais entre as empresas.

Considerados os dois fenômenos para a realidade industrial brasileira, diríamos que os alardes acerca da desindustrialização deveriam ser relativizados. Ao incorporar a reestruturação territorial, produtiva e setorial, o país aponta para uma nova combinação entre relações espaciais, produtivas e de serviços, capaz de revelar mecanismos complexos de organização dos sistemas industriais, dificilmente lidos pelos instrumentos metodológicos convencionais.

Obviamente não estamos advogando acerca de uma tese sobre a manutenção da supremacia da indústria face aos outros setores da economia nacional. Nem desconsiderando a crise pela qual passam

muitos ramos industriais, que antes tinham forte inserção internacional e hoje amargam retração ou mesmo fechamento de fábricas. Mas o uso indiscriminado de termos taxativos e teoricamente pouco desenvolvidos, sugerindo rupturas, desconsiderando a complexidade da realidade, não contribui para que se superem as controvérsias do debate.

Desse modo, conceitos, metodologias e tipologias convencionais tendem a não capturar adequadamente a complexidade das transformações da indústria na contemporaneidade, e a atualização da interpretação faz-se necessário. Para isso, além do instrumental estatístico, muitas vezes preso a divisões estáticas que não absorvem os feixes das interações econômicas e espaciais, um amplo trabalho de campo e a confiança em pressupostos teóricos que permitam enxergar a realidade sem engessamento, não podem ser desprezados.

Algumas considerações

Desde as últimas três décadas, a economia brasileira é submetida a fortes processos de reestruturação e a persistência de fatores como câmbio valorizado, carga tributária onerosa, juros altos e tarifas caras de insumos de uso geral atinge a indústria de transformação, impondo obstáculos para sua diversificação e crescimento efetivo. Todos esses desdobramentos resultaram em transformações na matriz econômica nacional, cujos aspectos mais marcantes estão na expansão dos serviços como atividade hegemônica da acumulação de riquezas e no relevante papel das *commodities* agrícolas e minerais para as exportações. Tais fatores, somados a uma taxa decrescente do valor adicionado da indústria sobre o PIB total do país, estimulou a ideia de que o Brasil passa por forte desindustrialização, com efetiva interrupção do papel da indústria como geradora de riquezas para a economia.

Este texto, mesmo considerando as dificuldades sentidas pela indústria brasileira e a retração que vários ramos produtivos sentiram nas últimas décadas, em especial com as perdas na participação das exportações e as quedas no valor adicionado, defende a concepção de que o uso de termos como desindustrialização deve ser feito de maneira mais cautelosa.

Corroboramos com o fato de que, ao incorporar a atual reestruturação territorial, produtiva e setorial que assola o período da globalização, a

indústria de transformação no Brasil está muito mais propensa a absorver uma nova combinação entre relações espaciais, produtivas, financeiras e de serviços, que reconfiguram os termos da economia produtiva e da circulação/consumo de bens e mercadorias. A reação a essas mudanças, dada a correlação de forças econômicas e políticas, é a valorização de uma agenda de competitividade que prioriza a redução de custos, cuja consequência é a adoção de estratégias que negligenciam o incentivo à inovação tecnológica e o aperfeiçoamento estrutural do parque manufatureiro brasileiro. Desse modo, em vez de desindustrialização, o que temos é o aprofundamento da dependência externa e a busca de ganhos na esfera doméstica a partir da redução de custos (Diegues; Rossi, 2017).

No atual movimento da indústria brasileira, amplia-se o aumento da lucratividade através do uso intensivo de tecnologias de flexibilização produtiva, todas elas eficazes para o controle do trabalho e do território. Assim, não é de desindustrialização que tratamos, mas de uma adaptação sentida pela indústria brasileira, que para se adequar ao novo regime de acumulação com predominância financeira, está mais propensa a absorver uma nova combinação entre relações espaciais, produtivas e de serviços, ao revelar mecanismos complexos de organização dos sistemas industriais, aproximando as performances das linhas de produção fabril à gestão financeirizada.

Organizar de maneira abrangente o instrumental teórico e metodológico que permita ler a combinação de concepções gerenciais e territoriais de produção industrial, integrada ao uso de modelos de flexibilização produtiva e de trabalho, proporcionará a descoberta de desafios concretos da indústria brasileira e isso pode apontar para o avanço que necessitamos para superar as muitas falsas controvérsias sobre o tema.

Notas

1 O artigo sistematiza resultados parciais de pesquisas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 Outras versões do relatório foram reeditadas, mas a versão de 2016 (UNCTAD, 2016) contém indicadores mais atualizados, se considerarmos a data de publicação deste texto.

3 Devemos considerar que a discussão sobre desindustrialização fora do Brasil é mais antiga e remonta ao período da crise do fordismo nos países de industrialização clássica,

sobretudo na Inglaterra. É de lá que vieram os autores e os trabalhos de maior difusão, entre eles Rowthorn (1997), Singh (1987), Cairncross (1978), Tregenna (2008) e Chang (2010), responsáveis por distintas leituras, pautadas em variáveis como geração de empregos, produção industrial e comércio internacional do produto manufaturado. Para um olhar mais detalhado dessa bibliografia, ver Morceiro (2012).

4 O fenômeno é descrito por Bonelli, Pessoa e Matos (2013) como “doença soviética”, quando um país apresenta grande peso da indústria em relação ao funcionamento esperado pela economia.

5 Por “doença holandesa” entende-se a apreciação intensa e sustentada da taxa de câmbio de um país, que na sua gênese, está associada à descoberta de um recurso natural abundante e valorizado, largamente exportado. As altas taxas de exportação tendem a comprometer a competitividade da manufatura interna, promovendo a deterioração da balança comercial de produtos industrializados. O fenômeno foi assim denominado por conta da perda relativa de competitividade da indústria holandesa logo após a descoberta e posterior comercialização internacional de gás natural, na década de 1960.

6 São elas: extrativa mineral, produtos minerais não metálicos, indústria metalúrgica, indústria mecânica, elétrico e comunicação, material de transporte, madeira e mobiliário, papel e gráfica, borracha, fumo, couros, indústria química, indústria têxtil, indústria de calçados, alimentos e bebidas.

7 O exemplo das vagas abertas em serviços domésticos ou de pouca qualificação é emblemático.

8 Esta crítica também funciona para a variável que interpreta a perda de empregos industriais, mesmo com o aumento de valor adicionado da indústria, a exemplo do ocorrido em países asiáticos, como a Coreia do Sul.

Referências

BACHA E.; DE BOLLE, M. B. (Org.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013. 418 p.

BARROS, O.; PEREIRA, R. R. Desmistificando a tese da desindustrialização: reestruturação da indústria brasileira em uma época de transformações globais. In: BARROS, F.; GIAMBIAGI, O. *Brasil globalizado*. Rio de Janeiro: Campus, 2008. p. 299-330.

BRASIL. Ministério do Trabalho. RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Programa de disseminação das estatísticas do trabalho: acesso online às bases de dados. Brasília: Rais, 2017. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. *Textos para discussão IPEA*, Brasília, n. 7, 2010.

BONELLI, R.; PESSÔA, S.; MATOS, S. Desindustrialização no Brasil: fatos e interpretação. In.: BACHA, E.; DE BOLLE, M. B. (Org). *O futuro da indústria no Brasil: a desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013. p. 45-80.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: _____. *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 117-153.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, A. Existe doença holandesa no Brasil? In: *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 207-230.
- CAIRNCROSS, A. What is de-industrialisation? In: BLACKABY, F. *De-industrialisation*. London: Heinemann Educational Books, 1978. p. 399-414.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, p. 831-851, dez. 2012.
- CHANG, H. J. *23 things they don't tell you about capitalism*. London: Allen Lane, 2010. 83p.
- CHESNAIS, F. La prééminence de la finance au sein du “capital en général”, le capital fictif et le mouvement contemporain de mondialisation du capital. In: BRUNHOFF, S. et al. *La finance capitaliste*. Paris: Actuel Marx/Presses Universitaires de France, 2006. p. 65-130.
- CUNHA, A. M.; LELIS, M. T. C.; FLIGENSPAN, F. B. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 33, n. 3 (132), p. 463-485, jul./set. 2013.
- DIEGUES, A. C.; ROSSI, C. G. Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de ‘Doença Brasileira’. *Texto para Discussão*, Unicamp. IE, Campinas, n. 291, abr. 2017.
- FISCHER, A. *Industrie et espace géographique*. Paris: Masson, 1994. 138 p.
- GONÇALVES, R. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. In: I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS DAS CIÊNCIAS HUMANAS, 1.; CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. *Anais...* Brasília: Associações de Pós-Graduação e IPEA, 2011. 17 p.
- MARKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 57-76.
- MORCEIRO, P. C. *Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 302 p.
- NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 1, p. 72-96, jan./mar. 2008.
- NAKABASHI, L. et al. Uma análise do emprego formal nos setores industrial e de serviços brasileiros. *Economia e Tecnologia*, ano 3, v. 9, p. 19-28, abr./jun. 2007.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceitos, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun., 2010.
- PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. *Anais da Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento*. São Paulo: FIESP; IEDI, 2005. 41 p.

- PEREIRA JÚNIOR, E. A indústria de calçados no Brasil diante da reestruturação territorial e produtiva. In: SPOSITO, E. S. (Org.). *O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015. p. 153-200.
- PUGA, F. P. Aumento das importações não gerou desindustrialização. *Visão do Desenvolvimento*, BNDES, Rio de Janeiro, n. 26, 29 mar. 2007.
- ROWTHORN, R. Manufacturing in the world economy. *Economie Appliquée*, t.L, n.4, p. 63-96, 1997.
- SAMPAIO, D. P. *Desindustrialização e estruturas produtivas regionais no Brasil*. 2015. 263 f. Tese (Doutorado em economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- SANTOS, M. [1996]. *A natureza do espaço*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- SINGH, A. Manufacturing and de-industrialization. In: EATWELL, J. et al. (Org.). *The new palgrave: a dictionary of economics*. London: Macmillan, 1987. (v. 3).
- SQUEFF, G. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. *Textos para discussão IPEA*, Brasília, n. 1747, 2012.
- TREGENNA, F. Characterising deindustrialization: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, issue 3, p. 433-466, 2008.
- UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. *Trade and development report, 2003*. Geneva: United Nations. 2003. 153 p.
- _____. *Trade and development report, 2016: Structural transformation for inclusive and sustained growth*. United Nations. 2016. Disponível em <<http://unctad.org/SearchCenter/Pages/results.aspx?k=Brazil%20Deindustrialization>>.
- VELTZ, P. *Le nouveau monde industriel*. Paris: Éditions Gallimard, 2008. 274 p.

Edilson Pereira Júnior – Mestre e graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente/SP. Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Bolsista Produtividade CNPq nível 2.  <https://orcid.org/0000-0003-4734-5500>

Recebido em 12 de abril de 2019

Aceito em 16 de maio de 2019

Publicado em XX de XXXX de XXXX